Estratégia Concursos

Aula 00

Legislação do SUS p/ Prefeitura de Paulo Afonso-BA (Psicólogo) - Pós-Edital

Autor:

Ligia Carvalheiro Fernandes

01 de Março de 2020

Sumário

LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990 2

CONSELHOS DE SAÚDE 8

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 10 DE MAIO DE 2012 8

RESUMO DA CORUJA 20

LISTA DE QUESTÕES 22

LEI N° 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a **participação da comunidade na gestão do SUS** e sobre as **transferências intergovernamentais de recursos financeiros** na área da saúde e dá outras providências.

Já questão? Pois é. A descrição da norma é alvo da banca, também!

Ano: 2014

A Lei nº 8.142/90 foi criada para

A regulamentar o serviço público de saúde.

B garantir a gratuidade do serviço público de saúde.

C garantir o acesso da população ao serviço público de saúde.

D regulamentar o trabalho dos profissionais de saúde no serviço público.

E garantir a participação social na gestão do SUS e regulamentar a transferência de recursos financeiros entre os governos.

Resposta

É a descrição da norma, lá no topo!

Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Alternativa: E.

Art. 1° O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, **em cada esfera de governo**, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes **INSTÂNCIAS COLEGIADAS***:

I - a Conferência de Saúde; e
II - o Conselho de Saúde.

***Instâncias Colegiadas são aquelas em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupo.**

§ 1° A **Conferência de Saúde** reunir-se-á a cada **4 anos** com a representação dos vários segmentos sociais, para **avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde** nos níveis correspondentes, convocada pelo **Poder Executivo** ou, extraordinariamente, por esta ou pelo **Conselho de Saúde.**

Conferência de Saúde:
Qual a frequência das reuniões? a cada 4 anos.

Para que? para avaliar a situação de saúde e propor políticas de saúde.
Quem convoca? Poder executivo. Sempre? Extraordinariamente, pode ser o Conselho de Saúde.

§ 2° O **Conselho de Saúde**, em caráter **permanente e deliberativo (tem poder de decisão)**, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na **formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde** na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Conselho de Saúde
Quem compõe? representantes do governo e prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.
É consultivo? Não! É deliberativo e permanente.
Qual a finalidade? Formular estratégias e controlar a execução da política de saúde em cada instância (inclusive aspecto econômico e financeiro).
Quem homologa às decisões? Chefe do governo de cada esfera.

"Prato cheio" confundir Conferência e Conselho. Atenção, hein!

Ano: 2016

De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.142/90, o Conselho de Saúde

A reunir-se-á a cada dois anos.

B reunir-se-á a cada três anos ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Poder Executivo.

C reunir-se-á a cada cinco anos ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

D tem caráter consultivo e reunir-se-á, ocasionalmente, quando convocado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

E tem caráter permanente e deliberativo.

Resposta

O Conselho tem caráter deliberativo e permanente. Nada de consultivo ou de alternativas que te induzem a usar o conceito das Conferências (ainda que nenhuma delas falou a frequência correta de 4 anos).

Alternativa: E.

§ 3° O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão **representação no Conselho Nacional de Saúde.**

§ 4° A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Veremos mais adiante, mas já vai enfiando na cabeça que 50% são usuários e os outros 50% divididos entre profissionais de saúde e prestadores de serviços/gestores.

§ 5° As Conferências de Saúde e os Conselhos de Saúde terão sua organização e normas de funcionamento definidas em REGIMENTO PRÓPRIO, aprovadas pelo **respectivo conselho.**

Ano: 2014

De acordo com o art. 1º, da Lei nº 8.142/90, é INCORRETO afirmar que o/a(s)

A conselho de saúde é uma instância colegiada do SUS.

B conferência de saúde é uma instância colegiada do SUS.

C conferência de saúde deve ser representada por vários segmentos sociais.

D instâncias colegiadas do SUS deverão estar presentes em cada esfera do governo.

E instâncias colegiadas do SUS deverão ser compostas por representantes do governo federal.

Resposta

Estamos procurando a errada!

a) e b) Certas. Sabemos que o Conselho de Saúde e a Conferência de Saúde são instâncias colegiadas do SUS.

c) Certa. Há representação de gestores e representantes de instituições, de profissionais de saúde e de usuários.

d) Certa. Isso é explicitado toda hora na legislação.

e) Errada. Em cada esfera haverá representação.

Alternativa: E.

Ano: 2009

A Lei nº 8.142/90 estabelece que a Conferência Estadual de Saúde terá como um dos seus objetivos:

A estabelecer critérios e valores para a remuneração de serviços de saúde;

B aprovar parâmetros de cobertura assistencial;

C propor as diretrizes para a formulação da política de saúde estadual;

D deliberar sobre o cronograma financeiro para os distritos sanitários;

E aprovar o plano plurianual de assistência.

Resposta

A finalidade dos Conferência de Saúde é avaliar a situação de saúde e propor políticas de saúde e diretrizes com ações em cada ente correspondente, como por exemplo, no estadual, como consta na questão.

Alternativa: C.

Ano: 2009

De acordo com a Lei nº 8.142/90, os Conselhos de Saúde contam com a representação dos seguintes segmentos:

A gestores de saúde e representantes das associações de moradores;

B representantes do governo, de portadores de patologias e do setor privado;

C prestadores de serviço, trabalhadores da saúde e a comunidade organizada;

D representantes do governo, prestadores de serviços, profissionais de saúde e usuários;

E gestores públicos e prestadores de serviços.

Resposta

E dá-lhe repeteco: o Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários.

Alternativa: D.

Art. 2° Os recursos do **Fundo Nacional de Saúde (FNS)** serão alocados como:

I - despesas de custeio e de capital do Ministério da Saúde, seus órgãos e entidades, da administração direta e indireta;
II - investimentos previstos em lei orçamentária, de iniciativa do Poder Legislativo e aprovados pelo Congresso Nacional;
III - investimentos previstos no Plano Quinquenal do Ministério da Saúde;
IV - cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.*

Para lembrar: DESPESAS, INVESTIMENTOS E COBERTURA!

Despesa de Custeio e de Capital	**do MS e Órgãos**
Investimentos	**previstos na Lei Orçamentária**
	previstos no Plano Quinquenal
Cobertura das ações e serviços de saúde	**Estado / DF / Município**

Parágrafo único. Os recursos referidos no inciso IV* deste artigo destinar-se-ão a investimentos na rede de serviços, à cobertura assistencial ambulatorial e hospitalar e às demais ações de saúde.

Art. 3° Os recursos referidos no inciso IV*do art. 2° desta lei serão repassados de forma **regular e automática** para os Municípios, Estados e Distrito Federal, de acordo com os critérios previstos no art. 35 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990.

§ 1° Enquanto não for regulamentada a aplicação dos critérios previstos no art. 35 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, será utilizado, para o repasse de recursos, exclusivamente o critério estabelecido no § 1° do mesmo artigo.

§ 2° Os recursos referidos neste artigo serão destinados, pelo menos 70%, aos Municípios, afetando-se o restante aos Estados.

§ 3° Os Municípios poderão estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, **remanejando,** entre si, parcelas de recursos previstos no inciso IV do art. 2° desta lei.

Art. 4° **Para receberem os recursos,** de que trata o art. 3° desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:

I - Fundo de Saúde;
II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7 de agosto de 1990;
III - plano de saúde;
IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4° do art. 33 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990;
V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento;
VI - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.

Só para não ficarmos perdidos nos conceitos:

O **Plano Nacional de Saúde** é o instrumento norteador do planejamento do SUS, onde são explicitados as políticas e os compromissos de médio prazo do setor saúde, com vigência de quatro anos.

O **Relatório Anual e Quadrimestral de Gestão** são instrumentos de gestão que permite ao gestor apresentar os resultados alcançados com a execução da PAS e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde.

Contrapartida é uma previsão no orçamento que deve ser descrito taxativamente o quanto do orçamento deverá ser investido em determinada área.

Parágrafo único. O não atendimento pelos Municípios, ou pelos Estados, ou pelo Distrito Federal, dos requisitos estabelecidos neste artigo, implicará em que os recursos concernentes sejam administrados, respectivamente, pelos Estados ou pela União.

Município não tem os requisitos? Administração dos recursos pelos Estados ou pela União.

Ano: 2019

A Lei nº 8.142/90 define critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional de Saúde - FNS. Nesse âmbito, é correto afirmar que os recursos do FNS:

A serão destinados, até 50%, aos municípios

B não podem ser remanejados pelos municípios entre si

C serão repassados de forma regular e automática para Municípios, Estado e Distrito Federal

D não devem ser alocados como despesas de custeio

Resposta

a) Errada. Os recursos referidos neste artigo serão destinados, pelo menos 70%, aos Municípios, afetando-se o restante aos Estados.

b) Errada. § 3° Os Municípios poderão estabelecer consórcio para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si, parcelas de recursos previstos no inciso IV do art. 2° desta lei.

c) Certa.

d) Errada. Serão alocados como DESPESAS (de custeio), INVESTIMENTOS E COBERTURA.

Alternativa: C.

Ano: 2016

Assinale a alternativa que corresponde corretamente à Lei nº 8.142/90, que garante o controle social do SUS e dispõe sobre o seu financiamento.

A A Conferência de Saúde deve reunir-se a cada dois anos.

B Para receberem recursos para as ações e serviços de saúde, os municípios devem ter Fundo de Saúde.

C Os recursos do Fundo Nacional de Saúde são alocados para a cobertura de ações e serviços de saúde somente a nível federal.

D Os Conselhos de Saúde têm caráter temporário e devem ser formados a cada dois anos coincidindo com as reuniões da Conferência de Saúde.

E O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) tem sua organização e normas de funcionamento definidas pelas Conferências de Saúde.

Resposta

a) Errada. A reunião é a cada 4 anos.

b) Certa.

c) Errada. A cobertura das ações e serviços de saúde é implementadas pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.

d) Errada. Os Conselhos de Saúde tem caráter permanente e deliberativo.

d) Errada. Definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo conselho.

Alternativa: B.

Art. 5° É o Ministério da Saúde, mediante portaria do Ministro de Estado, autorizado a estabelecer condições para aplicação desta lei.

Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

Difícil separar um assunto do outro. Para não perder o fio da meada, vamos dar sequência ao assunto da participação popular, através do estudo da Resolução 453/2012.

CONSELHOS DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 453, DE 10 DE MAIO DE 2012

Aprovar as seguintes diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos **Conselhos de Saúde:**

PRIMEIRA DIRETRIZ

DA DEFINIÇÃO DE CONSELHO DE SAÚDE
O Conselho de Saúde é uma **instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo**, integrante da estrutura organizacional do **Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**, **[essas são às esferas]** com composição, organização e competência fixadas na Lei no 8.142/90.

O processo bem-sucedido de descentralização da saúde promoveu o surgimento de Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sob a coordenação dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente.

Assim, os Conselhos de Saúde são espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde.

Parágrafo único. Como Subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, **INCLUSIVE** nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFGD

Conforme a Resolução 453/2012, os Conselhos de Saúde são

a) espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e privadas e na administração da saúde.

b) espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde.

c) espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde e da assistência social.

d) espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde e da previdência social.

e) espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e privadas e na administração da saúde e da assistência social.

Resposta

Exato! Acabamos de ver na teoria este ponto! Releia, se necessário. Esquece o termo "privada" ou" assistência social".

Alternativa: B.

SEGUNDA DIRETRIZ

DA INSTITUIÇÃO E REFORMULAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

A instituição dos Conselhos de Saúde é estabelecida **por lei federal, estadual, do Distrito Federal e municipal**, obedecida a Lei no 8.142/90.

Parágrafo único. Na instituição e reformulação dos Conselhos de Saúde o Poder Executivo, respeitando os princípios da democracia, deverá acolher as demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde, e em consonância com a legislação.

Demandas da população aprovadas nas Conferências de Saúde → ACOLHIMENTO PELO PODER EXECUTIVO

TERCEIRA DIRETRIZ

A ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

A participação da sociedade organizada, garantida na legislação, torna os Conselhos de Saúde uma **instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde**, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

A legislação estabelece, ainda, a **COMPOSIÇÃO PARITÁRIA** de usuários em relação ao conjunto dos demais segmentos representados.

O Conselho de Saúde será composto por

- representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários,
- entidades representativas de trabalhadores da área da saúde,
- do governo,

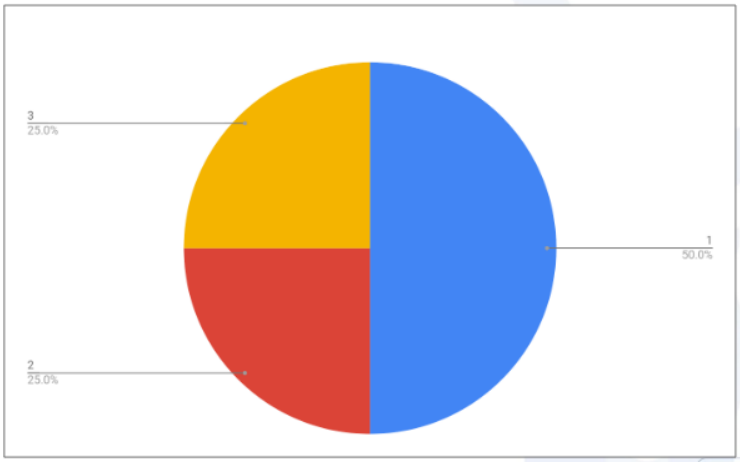
- entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária.

I - O número de conselheiros será definido pelos Conselhos de Saúde e constituído em lei.

II - Mantendo o que propôs as Resoluções nos 33/92 e 333/03 do CNS e consoante com as Recomendações da 10ª e 11ª Conferências Nacionais de Saúde, as vagas deverão ser distribuídas da seguinte forma:

1)50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
2)25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;
3)25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Veja o gráfico:



III - A participação de **<u>órgãos, entidades e movimentos sociais</u>** terá como critério a:

- representatividade,
- abrangência e
- complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

Ano: 2013

A composição dos conselhos de saúde, órgãos deliberativos, de caráter permanente, presentes nas três esferas de governo, deve ser paritária, com metade de seus membros representando os usuários, e a outra metade, o governo, em âmbito federal, estadual e municipal.

Resposta

Metade usuários e a outra metade dividido ao meio entre profissionais de saúde e gestores/representantes de instituições de saúde.

Alternativa: Errado.

De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as seguintes representações:

a)associações de pessoas com patologias;
b)associações de pessoas com deficiências;
c)entidades indígenas;
d)movimentos sociais e populares, organizados (movimento negro, LGBT...);
e)movimentos organizados de mulheres, em saúde;
f)entidades de aposentados e pensionistas;
g)entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
h)entidades de defesa do consumidor;
i)organizações de moradores;
j)entidades ambientalistas;
k)organizações religiosas;
l)trabalhadores da área de saúde: associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos, obedecendo as instâncias federativas;
m)comunidade científica;
n)entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
o)entidades patronais;
p)entidades dos prestadores de serviço de saúde; e
q)governo.

IV - As entidades, movimentos e instituições eleitas no Conselho de Saúde terão os conselheiros indicados, por escrito, conforme processos estabelecidos pelas respectivas entidades, movimentos e instituições e de acordo com a sua organização, com a recomendação de que ocorra renovação de seus representantes.

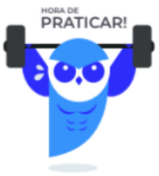
V - Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

ATENÇÃO À ALGUMAS SITUAÇÕES DE IMPEDIMENTOS

VI - A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso: um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS, ou como prestador de serviços de saúde NÃO pode ser representante dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as).

VII - A ocupação de funções na área da saúde que interfiram na autonomia representativa do Conselheiro(a) deve ser avaliada como possível impedimento da representação de Usuário(a) e Trabalhador(a), e, a juízo da entidade, indicativo de substituição do Conselheiro(a).

VIII - A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, não é permitida nos Conselhos de Saúde.



Ano: 2014

Nos Conselhos de Saúde, de acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas as seguintes representações, EXCETO

A entidades públicas de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento.

B entidades patronais.

C entidades dos prestadores de serviço de saúde.

D poder Judiciário e do Ministério Público.

E governo.

Resposta

O poder judiciário e Ministério Público têm participação vetada como conselheiros nos Conselhos de Saúde.

Alternativa: D.

Ano: 2017

A Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional da Saúde, define diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. De acordo com a 3ª diretriz a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as seguintes representações, EXCETO:

A Associações de pessoas com patologias.

B Associações de pessoas com deficiências.

C Entidades de aposentados e pensionistas.

D Entidades congregadas de sindicatos, como centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores ferroviários e marítimos.

E Trabalhadores da área de saúde, como associações, confederações, conselhos de profissões regulamentadas, federações e sindicatos, obedecendo as instâncias federativas.

Resposta

Na lista dos casos específicos constam trabalhadores urbanos e rurais e não ferroviários e marítimos.

Alternativa: D.

IX - Quando não houver Conselho de Saúde constituído ou em atividade no Município, **caberá ao Conselho Estadual de Saúde assumir**, junto ao executivo municipal, a convocação e realização da Conferência Municipal de Saúde, que terá como um de seus objetivos a estruturação e composição do Conselho Municipal.

O mesmo será atribuído ao Conselho Nacional de Saúde, quando não houver Conselho Estadual de Saúde constituído ou em funcionamento.

X - As funções, como membro do Conselho de Saúde, **NÃO SERÃO REMUNERADAS,** considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

Para fins de justificativa junto aos órgãos, entidades competentes e instituições, o Conselho de Saúde emitirá declaração de participação de seus membros durante o período das reuniões, representações, capacitações e outras atividades específicas.

XI - O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente.

Ano: 2014

De acordo com o disposto na Resolução no 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde, as funções, como membro do Conselho de Saúde,

a) não serão remuneradas.

b) serão remuneradas com um salário mínimo por mês de efetiva atividade.

c) serão remuneradas de acordo com o salário mensal do membro.

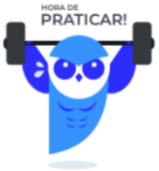
d) serão remuneradas de acordo com o número de reuniões mensais do conselho.

e) serão remuneradas somente se o conselho dispuser de recursos para tal.

Resposta

Grave bem que não há remuneração nas funções do Conselho Gestor.

Alternativa: A.



QUARTA DIRETRIZ

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

As três esferas de Governo garantirão autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico:

I - cabe ao Conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;
II - o Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao **Plenário do Conselho de Saúde**, que definirá sua estrutura e dimensão;
III - o Conselho de Saúde decide sobre o seu orçamento;

Atenção!
Os conselhos nacionais têm vínculo com o MS, os estaduais com a SES e os municipais com a SMS.
Eles passam a ter:
- Autonomia administrativa;
- Dotação orçamentária;
- Autonomia financeira;
- Organização da secretaria-executiva

IV - o Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, **no mínimo, a cada mês** e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno.
A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

V - As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são **ABERTAS AO PÚBLICO** e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

VI - o Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei no 8.080/90, instalará outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho de conselheiros para ações transitórias. As comissões poderão contar com integrantes não conselheiros;

VII - o Conselho de Saúde constituirá uma Mesa Diretora eleita em Plenário, respeitando a paridade expressa nesta Resolução;

VIII - as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo **(metade mais um)** dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija **quórum especial**, ou maioria qualificada de votos;

a) entende-se por **maioria simples** o número inteiro imediatamente superior à metade dos membros presentes;
b) entende-se por **maioria absoluta** o número inteiro imediatamente superior à metade de membros do Conselho;
c) entende-se por **maioria qualificada** 2/3 (dois terços) do total de membros do Conselho;

IX - qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e **votada em reunião plenária**, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente;

X - a cada 3 meses, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período [...]

ATENÇÃO!

Não confunda:

O art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993 (com a redação dada pela Lei nº 12.438, de 2011) determinava que o gestor do Sistema Único de Saúde apresentasse trimestralmente, ao conselho de saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras

de vereadores, às assembleias legislativas e às duas Casas do Congresso Nacional, relatório circunstanciado referente à sua atuação no período.

Tal dispositivo foi expressamente revogado pela Lei Complementar nº 141, de 20122, que regulou aspectos afetos à Emenda Constitucional nº 29, de 2000 (Emenda da Saúde), e também dispôs sobre o citado relatório e sua periodicidade de apresentação, que passou a ser quadrimestral.

Segundo o art. 363 da Lei Complementar nº 141, de 2012 (LC nº141, de 2012), o gestor do SUS deve elaborar relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

a) montante e fonte dos recursos aplicados no período;

b) auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações; c) oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

Conforme previsão legal, o documento envolve tanto aspectos financeiros quanto a divulgação de informações relacionadas a fiscalização e controle, e de dados sobre a oferta e produção de serviços públicos na rede de assistência à saúde.

XI - os Conselhos de Saúde, com a devida justificativa, buscarão **AUDITORIAS EXTERNAS** e independentes sobre as contas e atividades do Gestor do SUS; e

XII - o Pleno do Conselho de Saúde deverá manifestar-se por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos.
As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de 30 (trinta) dias, dando-se lhes publicidade oficial.

Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de Saúde com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário.

Ano: 2015

De acordo com a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas

a) mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos.

b) mediante quórum de maioria qualificada (dois terços) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial de votos.

c) mediante a unanimidade dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija apenas quórum de maioria simples (metade mais um) de votos.

d) somente mediante quórum de maioria qualificada (três quintos) dos seus integrantes.

e) somente mediante a unanimidade dos seus integrantes.

Resposta

De acordo com o inciso VIII, da quarta diretriz: "as decisões do Conselho de Saúde serão adotadas mediante quórum mínimo (metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos..."

Alternativa: A.

Ano: 2013

Sobre a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, assinale a alternativa incorreta:

a) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

b) É competência do Conselho de Saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

c) Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde não é competência do Conselho de Saúde.

d) É competência do Conselho de Saúde fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente.

Resposta

Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde não é competência do Conselho de Saúde, está incluso nas competências.

Alternativa: C.

QUINTA DIRETRIZ

Aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;
II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

[a ELABORAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO pertence à todas as instâncias]

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada **quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor,** das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, [...]

Atenção! A prestação de contas dos gestores do SUS, nas três esferas de governo, passou de trimestral a quadrimestral por meio de norma federal. A lei complementar n° 141, de janeiro de 2012, dispõe, dentro outros itens, sobre a avaliação e o controle das despesas com saúde.

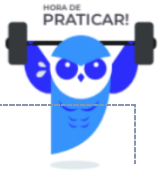
Este pronunciamento do gestor é para que o conselho preste contas em relatório detalhado sobre o andamento do plano de saúde, agenda, relatório de gestão.

Não confunda com o relatório de gestão que é anual.

XI - avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde do SUS;

XII - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XIII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;



Ano: 2013 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, assinale a alternativa incorreta:

a) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

b) É competência do Conselho de Saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

c) Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde não é competência do Conselho de Saúde.

d) É competência do Conselho de Saúde fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente.

Resposta

Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio TAMBÉM é competência do Conselho de Saúde e está no item XIII da 5ª Diretriz.

Alternativa: C.

XIV - **aprovar a proposta orçamentária anual da saúde,** tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XVI - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVII - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVIII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XIX - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XXI - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXII - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXIII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIV - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXVI - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVII - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVIII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXIX - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;

XXX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

O Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde é mais uma ferramenta de comunicação e informação para contribuir com a efetividade do Controle Social.

Ano: 2013 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, assinale a alternativa incorreta:

a) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

b) É competência do Conselho de Saúde avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais.

c) Acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde não é competência do Conselho de Saúde.

d) É competência do Conselho de Saúde fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente.

Resposta

Ops. Letra "c" deu uma escorregada, visto que acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde FAZ parte das competências do Conselho de Saúde.

Alternativa: C.

RESUMO DA CORUJA

Estudar a PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE no contexto SUS implica em conhecer duas normativas: Lei 8142/90 e Resolução 453/12.

A Lei 8142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

Ela traz a participação da comunidade através de duas instâncias colegiadas, ambas com regimento próprio.

- Conferência de Saúde (evento de 4/4 anos, diversos segmentos, que avalia a situação de saúde para formulação da política de saúde, com convocação pelo poder Executivo ou pelo próprio Conselho de Saúde (exceção).
- Conselho de Saúde (caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído)

Lembre-se que os Conselhos estaduais e municipais (Conass e Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos, isso significa que terá 50% são usuários e os outros 50% divididos entre profissionais de saúde e prestadores de serviços/gestores.

Agora vamos aos "fundos":

Os recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) serão alocados como despesas de custeio, de capital, investimentos previstos na lei orçamentária e no Plano Quinquenal e cobertura das ações e serviços de saúde a serem implantados pelos entes.

Nesta última situação, o repasse se dá de forma regular e automática para os Estados, Municípios e DF, conforme Lei 8080/90, sendo o percentual mínimo de 70% dirigido aos municípios. Estes podem remanejar o orçamento quando em situação de consórcio.

Para receberem os recursos (todos), os entes devem ter:

I - Fundo de Saúde;
II - Conselho de Saúde;
III - plano de saúde;
IV - relatórios de gestão;
V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento;
VI - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

Já a Resolução 453/12 veio aprovar diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.

PRIMEIRA DIRETRIZ: define o Conselho de Saúde, conforme a Lei 8142/90

SEGUNDA DIRETRIZ: reforça que às demandas acatadas são previamente aprovadas nas Conferências de Saúde.

TERCEIRA DIRETRIZ: reforça as características dos Conselhos, como uma instância privilegiada, com composição de usuário paritária aos demais segmentos, na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

Lembrando que a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, abrangência e complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, serão contempladas, dentre outras, as representação de associações de pessoas com patologias, com deficiências, entidades indígenas, movimentos sociais e populares, organizados (negros, LGBT...), de mulheres, em saúde, entidades de aposentados e pensionistas, sindicatos, de defesa do consumidor, organizações de moradores, entidades ambientalistas, organizações religiosas, trabalhadores da área de saúde, comunidade científica, entidades públicas, de hospitais universitários, patronais, dos prestadores de serviço de saúde e do governo.

Recomenda-se que, a cada eleição, haja renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

A representação nos segmentos deve ser distinta e autônoma em relação aos demais segmentos que compõem o Conselho, por isso, qualquer ocupação de funções na área da saúde que INTERFIRAM NA AUTONOMIA representativa do Conselheiro(a) deve ser avaliada como possível impedimento.

As funções, como membro do Conselho de Saúde, NÃO SERÃO REMUNERADAS, considerando-se o seu exercício de relevância pública

QUARTA DIRETRIZ: reforçam a autonomia administrativa para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, sendo que ele próprio delibera em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal, decide sobre seu orçamento e conta com uma secretaria-executiva para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde

As reuniões do Plenário do Conselho de Saúde são abertas ao público com frequência mensal ou superior, quando necessário. Além disso, as decisões são adotadas mediante quórum mínimo

(metade mais um) dos seus integrantes, ressalvados os casos regimentais nos quais se exija quórum especial, ou maioria qualificada de votos.

QUINTA DIRETRIZ: traz algumas competências dos Conselhos de todos os entes, tais como: fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, elaborar o Regimento Interno do Conselho, aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde, elaborar e revisar planos de saúde, anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão, controlar a atuação do setor privado credenciado na área de saúde, aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS, etc.

LISTA DE QUESTÕES

1. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ

A Lei nº 8.142/90 determina as formas de organização da participação da comunidade no SUS, entre elas:
A a Comissão Intergestores Bipartite, como órgão deliberativo
B o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, como órgão gestor
C a Programação e Pactuação Integrada, como instância pactuadora
D o Conselho de Saúde, como instância colegiada

2. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de RJ

Em relação à participação da comunidade, a Lei nº 8.142/90 estabelece que:

A os Conselhos de Saúde terão representação de usuários, prestadores de serviços, profissionais de saúde e gestores, na proporção de 25% para cada segmento

B a Conferência de Saúde é uma instância colegiada, que deverá se reunir a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde

C o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, enquanto composto por gestores, não poderá ter representação no Conselho Nacional de Saúde

D as Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde das outras esferas de governo terão seu regimento subordinado à Conferência Nacional de Saúde

3. Ano: 2017 Banca: AMEOSC Órgão: Prefeitura de São José do Cedro - SC

De acordo com a Lei nº 8.142/90, a Conferência de Saúde se reúne com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde a cada:

A 4 (quatro) anos.

B 5 (cinco) anos.

C 8 (oito) anos.

D 2 (dois) bimestres.

4. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMS

Nos termos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, assinale a alternativa INCORRETA. Aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete

a) propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Educação e acompanhar a movimentação e destino dos recursos.

b) acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde.

c) analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento.

d) fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente

e) estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde.

5. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ

De acordo com a Lei nº 8.142/90, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, Estados e Distrito Federal devem contar com a:

A presença de Conselho de Saúde

B apresentação de desempenho financeiro do período anterior

C previsão do plano quinquenal de investimentos

D planificação da participação da saúde no orçamento

6. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Policlínica de Saúde da Região de Jequié - BA

O Conselho de Saúde se constitui numa instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), em cada esfera de governo. As diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde são tratadas na Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional da Saúde (BRASIL, 2012).

Sobre dos Conselhos de Saúde, de acordo com a Resolução nº 453/2012, é correto afirmar que

a) o Plenário do Conselho de Saúde deve se reunir a cada três meses e, extraordinariamente, quando necessário.

b) as funções como Membro do Conselho de Saúde devem ser remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública.

c) as reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público, respeitando o sigilo dos temas tratados nesses espaços.

d) é permitida a participação de membros eleitos do Poder Legislativo e do Ministério Público, como conselheiros, nos Conselhos de Saúde.

e) o Conselho de Saúde atua na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde.

7. Ano: 2014 Banca: AOCP Órgão: HUCAM-UFES

De acordo com a Resolução 453/2012, os Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal para aprovação ou não do relatório de gestão, deliberarão:

a) bienalmente.

b) anualmente.

c) semestralmente.

d) trimestralmente.

e) bimestralmente.

8. Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Cuiabá - MTr

As opções a seguir apresentam, segundo a Lei nº 8.142/90, condições para o repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para a cobertura das ações e serviços de saúde aos Municípios, à exceção de uma. Assinale-a.

A Existência de Fundo de Saúde

B Existência de Conselho de Saúde

C Apresentação de plano de saúde

D Celebração de convênio entre os órgãos executivos

E Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento

9. Ano: 2014 Banca: CONTEMAX Órgão: COREN PB

Analise as afirmativas abaixo, e com base na Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, marque a alternativa incorreta:

a) a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e

prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 40% de suas entidades representativas.

b). Compete aos conselheiros examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, nas ações e aos serviços de saúde.

c) O tempo de mandato dos conselheiros será definido pelas respectivas representações.

d) O conselho de saúde terá poder de decisão sobre o seu orçamento e não será mais apenas o gerenciador de suas verbas.

e) A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

10. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMT

De acordo com a Resolução 453/2012, as resoluções aprovadas pelo Pleno do Conselho de Saúde serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de

a) 05 dias.

b) 10 dias.

c) 15 dias.

d) 30 dias.

e) 45 dias.

11. Ano: 2016 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: UFAL

De acordo com a Resolução nº 453/2012, indica-se que, em cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam, no mínimo, a renovação de

a) 20% de suas entidades representativas.

b) 25% de suas entidades representativas.

c) 30% de suas entidades representativas.

d) 35% de suas entidades representativas.

e) 50% de suas entidades representativas.

12. Ano: 2016 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: UFAL

Segundo a Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, recomenda-se que a composição das vagas para a organização dos Conselhos de Saúde deverá ser distribuída da seguinte forma: _____ de entidades e movimentos representativos de usuários; _____ de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; e _____ de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Qual a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas?

a) 30%; 25%; 45%

b) 30%; 50%; 20%

c) 50%; 25%; 25%

d) 50%; 30%; 20%

e) 50%; 35%; 15%

13. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMT

Conforme a Resolução nº 453/2012, as três esferas de Governo deverão garantir ao Conselho de Saúde, EXCETO

a) autonomia administrativa.

b) dotação orçamentária

c) autonomia financeira.

d) organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico.

e) autonomia legislativa.

14. Ano: 2015 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Conforme a Resolução n.°453, de 10 de Maio de 2012, que trata da "Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Saúde", assinale a alternativa INCORRETA.

a) Cabe ao conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e ao quadro de pessoal.

b) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

c) O conselho de Saúde nunca decide sobre o seu orçamento.

d) O Plenário de Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta do material de apoio às reuniões deve ser encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

e) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

15. Ano: 2018 Banca: INAZ do Pará Órgão: FunGota de Araraquara - SP

De acordo com o art. 1º da Lei nº 8.142/90, o Conselho de Saúde, órgão de caráter permanente e deliberativo, deve atuar:

A no julgamento de incidentes de desvio ético de profissionais da saúde.

B na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente.

C no acompanhamento das ações desenvolvidas pelos órgãos de direção de cada esfera de governo, com poder deliberativo.

D na avaliação da gestão da saúde e na proposição de metas para a formulação de políticas de saúde em cada nível correspondente.

16. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Nos termos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O número de conselheiros será definido pelos Conselhos de Saúde e constituído em lei.

b) As funções, como membro do Conselho de Saúde, serão remuneradas

c) A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, não é permitida nos Conselhos de Saúde.

d) O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente.

e) Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

17. Ano: 2014 Banca: IADES Órgão: EBSERH

Com base na Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, é correto afirmar que as funções, como membro do Conselho de Saúde,

a) não serão remuneradas.

b) serão remuneradas por meio de jetons.

c) devem ser exclusivas, não podendo o conselheiro acumular outra atividade profissional.

d) devem ser exercidas por outro membro da família, em caso de ausência do titular.

e) não garantem a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

18. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Com relação à organização dos Conselhos de Saúde, conforme a Resolução nº 453 de 2012, assinale a alternativa correta.

a) A composição dos representantes nos Conselhos de Saúde consistirá em 50% para entidades e movimentos representativos de usuários, 25% para entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% para representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

b) A cada eleição é recomendável a renovação de, no mínimo, 60% das entidades representativas dos Conselhos.

c) Profissionais com cargo de direção na gestão do SUS ou como prestadores de serviços de saúde podem ser representantes dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as) nos Conselhos.

d) A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, é permitida nos Conselhos de Saúde.

e) As funções como membro do Conselho de Saúde são remuneradas, visto que não garantem a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

19. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Com relação aos Conselhos de Saúde e à Resolução nº 453 de 2012, é correto afirmar que

a) os Conselhos de Saúde são órgãos de caráter formulador de políticas públicas de saúde, devendo a fiscalização dos serviços de saúde ser exercida pela Casa Legislativa da respectiva esfera de governo.

b) o orçamento dos Conselhos de Saúde é decidido pela Casa Legislativa da esfera de governo correspondente.

c) o número de conselheiros será definido pelos Conselhos de Saúde e constituído em lei.

d) a participação de movimentos sociais não é permitida nos Conselhos de Saúde.

e) os Conselhos de Saúde não são espaços de participação da comunidade nas políticas públicas.

20. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

De acordo com a quarta diretriz da resolução n° 453/2012, assinale a alternativa correta sobre a estrutura e o funcionamento dos conselhos de saúde.

a) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico, administrativo e jurídico, subordinada ao Presidente da República, que definirá sua estrutura e dimensão.

b) Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente.

c) A cada bimestre, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas

, em relatório genérico, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei n° 8.689/93 e com a Lei Complementar n° 141/2012.

d) Acompanha e controla a atuação do setor privado credenciado mediante licitação na área de saúde, no entanto é vedado ao conselho da saúde aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, competência do Ministro da Saúde.

e) O conselho de Saúde não decidirá sobre o seu orçamento, pois não é dotado de autonomia.

21. Ano: 2015 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Assinale a alternativa correta sobre os critérios relevantes para a participação nos Conselhos de Saúde, nos termos expressos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.

a) Tempo de formação, abrangência e ausência de direcionamento por gênero.

b) Número de membros da instituição, representatividade e capacidade financeira.

c) Tempo de formação, complementaridade do conjunto da sociedade e capacidade financeira.

d) Representatividade, abrangência e complementaridade do conjunto da sociedade.

e) Tempo de formação, número de membros da instituição e representatividade.

22. Ano: 2016 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

De acordo com a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. Entre as representações abaixo, assinale a que não é contemplada pela resolução:

a) Poder legislativo

b) Entidades de defesa do consumidor

c) Entidades patronais

d) Entidades ambientalistas

e) Associações de moradores

23. Ano: 2015 Banca: CONSULPAM Órgão: CRESS-PB

A Lei nº 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde(SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Sobre as instâncias colegiadas, pode-se AFIRMAR que:

A A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada cinco anos com representação dos vários segmentos sociais.

B Terão representação no Conselho Nacional de Saúde somente o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde(Conasems).

C O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, atua para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.

D A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

24. Ano: 2015 Órgão: EBSERH Banca: IBFC

Assinale a alternativa correta nos termos expressos da

Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.

a) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público.

b) O Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e,

extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com

antecedência mínima de 10 (dez) dias;

c) Os Conselhos de Saúde são impedidos de buscar auditorias externas, sobre as contas e

atividades do Gestor do Sistema Único de Saúde.

d) O orçamento do Conselho de saúde é imposto pelo Ministério Público.

e) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público e devem ser

presididas pelo Diretor Jurídico.

25. Ano: 2018 Banca: FUNRIO Órgão: AL-RR

A Lei Nº 8.142/90 dispõe que órgão colegiado, em caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do Governo, prestadores de serviços, profissionais de Saúde e usuários que atuam, na formulação de estratégias e no controle da execução da política de Saúde, na instância correspondente, se denomina

A Conselho de Saúde.

B Conferência de Saúde.

C Comitê Interinstitucional.

D Comissão Intergestora Tripartite.

26. Ano: 2015 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFPEL

Aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete

a) discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde.

b) garantir a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde.

c) adequar as ações e os serviços dos entes federativos em relação às atualizações realizadas na RENASES.

d) realizar a publicidade dos direitos e deveres do usuário na saúde em todas as unidades de saúde do SUS, inclusive nas unidades privadas que dele participem de forma complementar.

e) realizar a oferta de ações e serviços de vigilância em saúde, promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito regional e inter-regional.

27. Ano: 2017 Banca: UFMT Órgão: UFSBA

Um dos eixos estruturantes das políticas públicas brasileiras, a partir da Constituição Federal de 1988, é a descentralização político-administrativa que garante a participação popular em seu processo de execução. Qual nome se dá a essa participação?

a) Desenvolvimento Social

b) Gestão Social

c) Controle Social

d) Proteção Social

28. Ano: 2012 Banca: CEPERJ Órgão: CEDAE-RJ

De acordo com a Lei nº 8.142/90, o Sistema Único de Saúde se dá por suas instâncias que são:

A Conselho de Saúde e Fundo Nacional de Saúde

B Conselho de Saúde e Plano de Carreira, Cargos e Salários

C Conferência de Saúde e Fundo Nacional de Saúde

D Conferência de Saúde e Conselho de Saúde

E Fundo Nacional de Saúde e Plano de Carreira, Cargos e Salários

29. Ano: 2018 Banca: CESPE Órgão: Instituto Hospital Base do Distrito Federal

A respeito dos conselhos de saúde e das formas de controle social do SUS, julgue o próximo item.

A composição dos conselhos de saúde atende a dois critérios: a representatividade na interlocução de segmentos específicos (usuários, prestadores de serviços, profissionais de saúde e governo) e a paridade, correspondente à presença de 25% de usuários como integrantes dos conselhos.

30. Ano: 2013 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, assinale a alternativa incorreta:

a) A cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovem a renovação de, no mínimo, 50% de suas entidades representativas.

b) Compete aos conselheiros examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, nas ações e aos serviços de saúde.

c) O tempo de mandato dos conselheiros será definido pelas respectivas representações.

d) O conselho de saúde terá poder de decisão sobre o seu orçamento e não será mais apenas o gerenciador de suas verbas.

31. Ano: 2013 Banca: FUNCAB Órgão: SESACRE

Os Conselhos de Saúde consubstanciam a participação da sociedade organizada na administração do SUS, propiciando e melhorando o controle social do sistema. A respeito desses órgãos, análise:

I. Para que os Municípios recebam quaisquer recursos do Ministério da Saúde ou se habilitem a seus programas é necessário que o Conselho Municipal de Saúde exista e esteja em funcionamento.

II. A legislação estabelece a composição paritária dos usuários em relação aos outros segmentos representados nos Conselhos de Saúde.

III. Uma das atribuições do Conselho Nacional de Saúde é acompanhar a execução do cronograma de transferência de recursos financeiros, consignados ao SUS, aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente a afirmativa III estiver correta.

d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

e) se as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

32. Ano: 2013 Banca: TJ-PR Órgão: TJ-PR

A Lei 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Estabelece que o SUS contará, em cada esfera de governo, com as instâncias colegiadas da Conferência de Saúde e do Conselho de Saúde. Com base nessa legislação, é correto afirmar que o Conselho de Saúde:

a) reunir-se-á mensalmente, sob convocação do poder executivo, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde, receber os recursos federais, avaliar os serviços prestados pelas instituições privadas e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde no município.

b) determinará os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelo Município em ações e serviços públicos de saúde; estabelecerá os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

c) coordenará o planejamento integrado dos serviços de saúde no município, garantindo a identificação de prioridades de intervenção, a partir dos dados epidemiológicos.

d) atuará na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

33. Ano: 2013 Banca: CONPASS Órgão: Prefeitura de Carnaíba - PE

A distribuição dos representantes nos Conselhos de Saúde deve ser paritária. Nesse caso, qual a porcentagem dos representantes dos profissionais de saúde nos Conselhos?

a) 25%

b) 50%

c) 30%

d) 15%

e)60%.

34. Ano: 2013 Banca: FGV Órgão: AL-MT

Assinale a alternativa que indica, na composição dos Conselhos de Saúde, os membros representativos.

a) Os representantes das secretarias municipais e estaduais e do Ministério da Saúde

b) Os usuários, os prestadores de serviços, os gestores e os profissionais de saúde

c) O representante do Conselho Federal de Medicina e das demais categorias da saúde

d) As entidades de classes, o representante do Ministério Público e o da Saúde.

d) Os representantes das categorias profissionais e o secretário municipal de saúde.

35. Ano: 2013 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: CISSUL - MG

De acordo com a Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, para receberem os recursos do Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com, EXCETO:

A Fundo de Saúde.

B Conselho de Saúde.

C Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.

D Conta bancária em nome do gestor em cada nível de atuação.

LISTA DE QUESTÕES COMENTADAS

1. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ

A Lei nº 8.142/90 determina as formas de organização da participação da comunidade no SUS, entre elas:
A a Comissão Intergestores Bipartite, como órgão deliberativo
B o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, como órgão gestor
C a Programação e Pactuação Integrada, como instância pactuadora
D o Conselho de Saúde, como instância colegiada

Resposta

A participação da comunidade se dá pelas instâncias colegiadas (conselhos de saúde e conferência de saúde).
Alternativa: D.

2. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de RJ

Em relação à participação da comunidade, a Lei nº 8.142/90 estabelece que:

A os Conselhos de Saúde terão representação de usuários, prestadores de serviços, profissionais de saúde e gestores, na proporção de 25% para cada segmento

B a Conferência de Saúde é uma instância colegiada, que deverá se reunir a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde

C o Conselho Nacional de Secretários de Saúde, enquanto composto por gestores, não poderá ter representação no Conselho Nacional de Saúde

D as Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde das outras esferas de governo terão seu regimento subordinado à Conferência Nacional de Saúde

Resposta

a) Errada. A representação dos usuários é paritária aos demais, logo, 50%
b) Errada. Exato. Não confunda com o Conselho de Saúde.
c) Errada. Tanto o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) como o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.
d) Errada. Os regimentos dos Conselhos e das Conferências são próprios e aprovados por seus respectivos Conselhos.
Alternativa: B.

3. Ano: 2017 Banca: AMEOSC Órgão: Prefeitura de São José do Cedro - SC

De acordo com a Lei nº 8.142/90, a Conferência de Saúde se reúne com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde a cada:

A 4 (quatro) anos.

B 5 (cinco) anos.

C 8 (oito) anos.

D 2 (dois) bimestres.

Resposta

A conferência se reúne a cada 4 anos com o objetivo do enunciado.

Alternativa: A

4. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMS

Nos termos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, assinale a alternativa INCORRETA. Aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete

a) propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Educação e acompanhar a movimentação e destino dos recursos.

b) acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde.

c) analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento.

d) fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente

e) estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde.

Resposta

Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos.

Só trocou o nome dos fundos.

Alternativa: A.

5. Ano: 2019 Banca: Prefeitura do Rio de Janeiro - RJ Órgão: Prefeitura de Rio de Janeiro - RJ

De acordo com a Lei nº 8.142/90, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, Estados e Distrito Federal devem contar com a:

A presença de Conselho de Saúde

B apresentação de desempenho financeiro do período anterior

C previsão do plano quinquenal de investimentos

D planificação da participação da saúde no orçamento

Resposta

Lembra do que eu sugeri que você memorizasse? Fundo, Conselho, Plano de Saúde, Relatório, Contrapartida e Comissão de elaboração PCCS como recursos para o recebimento dos recursos do NGS;

Alternativa: A.

6. Ano: 2019 Banca: Fundação CEFETBAHIA Órgão: Policlínica de Saúde da Região de Jequié - BA

O Conselho de Saúde se constitui numa instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS), em cada esfera de governo. As diretrizes para instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde são tratadas na Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional da Saúde (BRASIL, 2012).

Sobre dos Conselhos de Saúde, de acordo com a Resolução nº 453/2012, é correto afirmar que

a) o Plenário do Conselho de Saúde deve se reunir a cada três meses e, extraordinariamente, quando necessário.

b) as funções como Membro do Conselho de Saúde devem ser remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública.

c) as reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público, respeitando o sigilo dos temas tratados nesses espaços.

d) é permitida a participação de membros eleitos do Poder Legislativo e do Ministério Público, como conselheiros, nos Conselhos de Saúde.

e) o Conselho de Saúde atua na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde.

Resposta

A) Errada O Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno.
B) Errada. Não são remuneradas.
C) Errada. São abertas ao público.
D) Errada. Não é permitida a participação.
E) Certa.

Alternativa: E.

7. Ano: 2014 Banca: AOCP Órgão: HUCAM-UFES

De acordo com a Resolução 453/2012, os Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal para aprovação ou não do relatório de gestão, deliberarão:

a) bienalmente.

b) anualmente.

c) semestralmente.

d) trimestralmente.

e) bimestralmente.

Resposta

Está na Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete: VI - Anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão.

Alternativa: B.

8. Ano: 2015 Banca: FGV Órgão: Prefeitura de Cuiabá - MTr

As opções a seguir apresentam, segundo a Lei nº 8.142/90, condições para o repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para a cobertura das ações e serviços de saúde aos Municípios, à exceção de uma. Assinale-a.

A Existência de Fundo de Saúde

B Existência de Conselho de Saúde

C Apresentação de plano de saúde

D Celebração de convênio entre os órgãos executivos

E Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento

Resposta

Tudo lá no Art. 4º. Relembra comigo:

Art. 4° Para receberem os recursos, de que trata o art. 3° desta lei, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com:
I - Fundo de Saúde;
II - Conselho de Saúde, com composição paritária de acordo com o Decreto n° 99.438, de 7 de agosto de 1990;
III - plano de saúde;
IV - relatórios de gestão que permitam o controle de que trata o § 4° do art. 33 da Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990;
V - contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento;
VI - Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), previsto o prazo de dois anos para sua implantação.

Alternativa: D.

9. Ano: 2014 Banca: CONTEMAX Órgão: COREN PB

Analise as afirmativas abaixo, e com base na Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, marque a alternativa incorreta:

a) a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e

prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 40% de suas entidades representativas.

b). Compete aos conselheiros examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, nas ações e aos serviços de saúde.

c) O tempo de mandato dos conselheiros será definido pelas respectivas representações.

d) O conselho de saúde terá poder de decisão sobre o seu orçamento e não será mais apenas o gerenciador de suas verbas.

e) A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

Resposta

De acordo com o inciso V da terceira diretriz da Resolução 453/12: "recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas. "

Alternativa: A.

10. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMT

De acordo com a Resolução 453/2012, as resoluções aprovadas pelo Pleno do Conselho de Saúde serão obrigatoriamente homologadas pelo chefe do poder constituído em cada esfera de governo, em um prazo de

a) 05 dias.

b) 10 dias.

c) 15 dias.

d) 30 dias.

e) 45 dias.

Resposta

Prazo e concurso andam de mãos dadas. A homologação das resoluções que o Pleno do Conselho de Saúde aprovar serão constituídas em cada esfera em até 30 dias.

Alternativa: D.

11. Ano: 2016 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: UFAL

De acordo com a Resolução nº 453/2012, indica-se que, em cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam, no mínimo, a renovação de

a) 20% de suas entidades representativas.

b) 25% de suas entidades representativas.

c) 30% de suas entidades representativas.

d) 35% de suas entidades representativas.

e) 50% de suas entidades representativas.

Resposta

Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

Alternativa: C.

12. Ano: 2016 Banca: COPEVE-UFAL Órgão: UFAL

Segundo a Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, recomenda-se que a composição das vagas para a organização dos Conselhos de Saúde deverá ser distribuída da seguinte forma: _____ de entidades e movimentos representativos de usuários; _____ de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde; e _____ de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos. Qual a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas?

a) 30%; 25%; 45%

b) 30%; 50%; 20%

c) 50%; 25%; 25%

d) 50%; 30%; 20%

e) 50%; 35%; 15%

Resposta

Já vimos, mas vamos relembrar:

Art. 1º

§ 4° A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Atenção: Como deverão ser distribuídas as vagas.

Deve ser da seguinte forma:

50% de entidades e movimentos representativos de usuários;

25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;

25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Alternativa: C.

13. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFMT

Conforme a Resolução nº 453/2012, as três esferas de Governo deverão garantir ao Conselho de Saúde, EXCETO

a) autonomia administrativa.

b) dotação orçamentária

c) autonomia financeira.

d) organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico.

e) autonomia legislativa.

Resposta

Veja que a "autonomia" dada é financeira e não legislativa!

Alternativa: E.

14. Ano: 2015 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Conforme a Resolução n.°453, de 10 de Maio de 2012, que trata da "Estrutura e Funcionamento dos Conselhos de Saúde", assinale a alternativa INCORRETA.

a) Cabe ao conselho de Saúde deliberar em relação à sua estrutura administrativa e ao quadro de pessoal.

b) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

c) O conselho de Saúde nunca decide sobre o seu orçamento.

d) O Plenário de Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta do material de apoio às reuniões deve ser encaminhada aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

e) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são abertas ao público e deverão acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

Resposta

Conselho de Saúde decide sobre o seu orçamento, por isso a "C" está incorreta.

Alternativa: C.

15. Ano: 2018 Banca: INAZ do Pará Órgão: FunGota de Araraquara - SP

De acordo com o art. 1º da Lei nº 8.142/90, o Conselho de Saúde, órgão de caráter permanente e deliberativo, deve atuar:

A no julgamento de incidentes de desvio ético de profissionais da saúde.

B na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente.

C no acompanhamento das ações desenvolvidas pelos órgãos de direção de cada esfera de governo, com poder deliberativo.

D na avaliação da gestão da saúde e na proposição de metas para a formulação de políticas de saúde em cada nível correspondente.

Resposta

A cobrança é literal e direta. Volta no trecho da norma. Art.1º § 2° O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Alternativa: B.

16. Ano: 2014 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Nos termos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O número de conselheiros será definido pelos Conselhos de Saúde e constituído em lei.

b) As funções, como membro do Conselho de Saúde, serão remuneradas

c) A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, não é permitida nos Conselhos de Saúde.

d) O conselheiro, no exercício de sua função, responde pelos seus atos conforme legislação vigente.

e) Recomenda-se que, a cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovam a renovação de, no mínimo, 30% de suas entidades representativas.

Resposta

Às funções, como membro do Conselho de Saúde, não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

Alternativa: B

17. Ano: 2014 Banca: IADES Órgão: EBSERH

Com base na Resolução nº 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde, é correto afirmar que as funções, como membro do Conselho de Saúde,

a) não serão remuneradas.

b) serão remuneradas por meio de jetons.

c) devem ser exclusivas, não podendo o conselheiro acumular outra atividade profissional.

d) devem ser exercidas por outro membro da família, em caso de ausência do titular.

e) não garantem a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

Resposta

Às funções, como membro do Conselho de Saúde, não serão remuneradas, considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto, garante a dispensado trabalho sem prejuízo para o conselheiro. Para fins de justificativa junto aos órgãos, entidades competentes e instituições, o Conselho de Saúde emitirá declaração de participação de seus membros durante o período das reuniões, representações, capacitações e outras atividades específicas.

Alternativa: A.

18. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Com relação à organização dos Conselhos de Saúde, conforme a Resolução nº 453 de 2012, assinale a alternativa correta.

a) A composição dos representantes nos Conselhos de Saúde consistirá em 50% para entidades e movimentos representativos de usuários, 25% para entidades representativas dos trabalhadores da área de

saúde e 25% para representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

b) A cada eleição é recomendável a renovação de, no mínimo, 60% das entidades representativas dos Conselhos.

c) Profissionais com cargo de direção na gestão do SUS ou como prestadores de serviços de saúde podem ser representantes dos(as) Usuários(as) ou de Trabalhadores(as) nos Conselhos.

d) A participação dos membros eleitos do Poder Legislativo, representação do Poder Judiciário e do Ministério Público, como conselheiros, é permitida nos Conselhos de Saúde.

e) As funções como membro do Conselho de Saúde são remuneradas, visto que não garantem a dispensa do trabalho sem prejuízo para o conselheiro.

Resposta

Lembre-se que:

50% de entidades e movimentos representativos de usuários;

25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde;

25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Alternativa: A

19. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

Com relação aos Conselhos de Saúde e à Resolução nº 453 de 2012, é correto afirmar que

a) os Conselhos de Saúde são órgãos de caráter formulador de políticas públicas de saúde, devendo a fiscalização dos serviços de saúde ser exercida pela Casa Legislativa da respectiva esfera de governo.

b) o orçamento dos Conselhos de Saúde é decidido pela Casa Legislativa da esfera de governo correspondente.

c) o número de conselheiros será definido pelos Conselhos de Saúde e constituído em lei.

d) a participação de movimentos sociais não é permitida nos Conselhos de Saúde.

e) os Conselhos de Saúde não são espaços de participação da comunidade nas políticas públicas.

Resposta

a) Errada. DA DEFINIÇÃO DE CONSELHO DE SAÚDE Como Subsistema da Seguridade Social, o Conselho de Saúde atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política de Saúde

b) Errada. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE o Conselho de Saúde decide sobre o seu orçamento

c) Certa.

d) Errada. DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

e) Errada. DA DEFINIÇÃO DE CONSELHO DE SAÚDE ... os Conselhos de Saúde são espaços instituídos de participação da comunidade nas políticas públicas e na administração da saúde

Alternativa: C.

20. Ano: 2017 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: EBSERH

De acordo com a quarta diretriz da resolução n° 453/2012, assinale a alternativa correta sobre a estrutura e o funcionamento dos conselhos de saúde.

a) O Conselho de Saúde contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico, administrativo e jurídico, subordinada ao Presidente da República, que definirá sua estrutura e dimensão.

b) Qualquer alteração na organização dos Conselhos de Saúde preservará o que está garantido em lei e deve ser proposta pelo próprio Conselho e votada em reunião plenária, com quórum qualificado, para depois ser alterada em seu Regimento Interno e homologada pelo gestor da esfera correspondente.

c) A cada bimestre, deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório genérico, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com o art. 12 da Lei n° 8.689/93 e com a Lei Complementar n° 141/2012.

d) Acompanha e controla a atuação do setor privado credenciado mediante licitação na área de saúde, no entanto é vedado ao conselho da saúde aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, competência do Ministro da Saúde.

e) O conselho de Saúde não decidirá sobre o seu orçamento, pois não é dotado de autonomia.

Resposta

a) Errada. Suporte técnico subordinado ao plenário do conselho de saúde.

b) Certa.

c) Errada. A cada 3 meses (verá adiante)

d) Errada. Pode aprovar a proposta, sim.

e) Errada. Ele decide sobre seu orçamento.

Alternativa: B.

21. Ano: 2015 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Assinale a alternativa correta sobre os critérios relevantes para a participação nos Conselhos de Saúde, nos termos expressos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.

a) Tempo de formação, abrangência e ausência de direcionamento por gênero.

b) Número de membros da instituição, representatividade e capacidade financeira.

c) Tempo de formação, complementaridade do conjunto da sociedade e capacidade financeira.

d) Representatividade, abrangência e complementaridade do conjunto da sociedade.

e) Tempo de formação, número de membros da instituição e representatividade.

Resposta

Somente repetindo: A participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde.

Alternativa: D.

22 Ano: 2016 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

De acordo com a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, a participação de órgãos, entidades e movimentos sociais terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto da sociedade, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. Entre as representações abaixo, assinale a que não é contemplada pela resolução:

a) Poder legislativo

b) Entidades de defesa do consumidor

c) Entidades patronais

d) Entidades ambientalistas

e) Associações de moradores

Resposta

A Resolução não fala de poder legislativo em específico, somente cita "governo" e outras diversas entidades.

Alternativa: A.

23. Ano: 2015 Banca: CONSULPAM Órgão: CRESS-PB

A Lei nº 8.142/90 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde(SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Sobre as instâncias colegiadas, pode-se AFIRMAR que:

A A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada cinco anos com representação dos vários segmentos sociais.

B Terão representação no Conselho Nacional de Saúde somente o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde(Conasems).

C O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, atua para avaliar a situação de saúde e propor diretrizes para a formulação da política de saúde.

D A representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências será paritária em relação ao conjunto dos demais segmentos.

Resposta

a) Errada. A conferência se reúne a cada 4 anos.

b) Errada. O Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) e o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems) terão representação no Conselho Nacional de Saúde.

c) Errada. A Conferência de Saúde que tem essa função.

d) Certa.

Alternativa: D.

24. Ano: 2015 Órgão: EBSERH Banca: IBFC

Assinale a alternativa correta nos termos expressos da Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.

a) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público.

b) O Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias;

c) Os Conselhos de Saúde são impedidos de buscar auditorias externas, sobre as contas e atividades do Gestor do Sistema Único de Saúde.

d) O orçamento do Conselho de saúde é imposto pelo Ministério Público.

e) As reuniões plenárias dos Conselhos de Saúde são fechadas ao público e devem ser

presididas pelo Diretor Jurídico.

Resposta

De acordo com o inciso IV, da quarta diretriz: o Plenário do Conselho de Saúde se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, e terá como base o seu Regimento Interno. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Alternativa: B.

25. Ano: 2018 Banca: FUNRIO Órgão: AL-RR

A Lei Nº 8.142/90 dispõe que órgão colegiado, em caráter permanente e deliberativo, composto por representantes do Governo, prestadores de serviços, profissionais de Saúde e usuários que atuam, na formulação de estratégias e no controle da execução da política de Saúde, na instância correspondente, se denomina

A Conselho de Saúde.

B Conferência de Saúde.

C Comitê Interinstitucional.

D Comissão Intergestora Tripartite.

Resposta

Trata-se do Conselho de Saúde, contido no § 2° do Art.1º.

Alternativa: A.

26. Ano: 2015 Banca: INSTITUTO AOCP Órgão: UFPEL

Aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete

a) discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde.

b) garantir a transparência, a integralidade e a equidade no acesso às ações e aos serviços de saúde.

c) adequar as ações e os serviços dos entes federativos em relação às atualizações realizadas na RENASES.

d) realizar a publicidade dos direitos e deveres do usuário na saúde em todas as unidades de saúde do SUS, inclusive nas unidades privadas que dele participem de forma complementar.

e) realizar a oferta de ações e serviços de vigilância em saúde, promoção, proteção e recuperação da saúde em âmbito regional e inter-regional.

Resposta

Está no item III. Só revisar acima!

Alternativa: A

27. Ano: 2017 Banca: UFMT Órgão: UFSBA

Um dos eixos estruturantes das políticas públicas brasileiras, a partir da Constituição Federal de 1988, é a descentralização político-administrativa que garante a participação popular em seu processo de execução. Qual nome se dá a essa participação?

a) Desenvolvimento Social

b) Gestão Social

c) Controle Social

d) Proteção Social

Resposta

É a descrição do Controle Social que garante a participação da população paritariamente nos Conselhos de Saúde.

Alternativa: C

28. Ano: 2012 Banca: CEPERJ Órgão: CEDAE-RJ

De acordo com a Lei nº 8.142/90, o Sistema Único de Saúde se dá por suas instâncias que são:

A Conselho de Saúde e Fundo Nacional de Saúde

B Conselho de Saúde e Plano de Carreira, Cargos e Salários

C Conferência de Saúde e Fundo Nacional de Saúde

D Conferência de Saúde e Conselho de Saúde

E Fundo Nacional de Saúde e Plano de Carreira, Cargos e Salários

Resposta

Às instâncias colegiadas onde aplica-se o princípio da participação popular são: Conferência de Saúde e Conselho de Saúde.

Alternativa: D.

29. Ano: 2018 Banca: CESPE Órgão: Instituto Hospital Base do Distrito Federal

A respeito dos conselhos de saúde e das formas de controle social do SUS, julgue o próximo item.

A composição dos conselhos de saúde atende a dois critérios: a representatividade na interlocução de segmentos específicos (usuários, prestadores de serviços, profissionais de saúde e governo) e a paridade, correspondente à presença de 25% de usuários como integrantes dos conselhos.

Resposta

25% de usuários? Já vimos inúmeras vezes que a participação é paritária.

Alternativa: Errado.

30. Ano: 2013 Banca: IBFC Órgão: EBSERH

Sobre a Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde, que define funcionamento dos conselhos de saúde, assinale a alternativa incorreta:

a) A cada eleição, os segmentos de representações de usuários, trabalhadores e prestadores de serviços, ao seu critério, promovem a renovação de, no mínimo, 50% de suas entidades representativas.

b) Compete aos conselheiros examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, nas ações e aos serviços de saúde.

c) O tempo de mandato dos conselheiros será definido pelas respectivas representações.

d) O conselho de saúde terá poder de decisão sobre o seu orçamento e não será mais apenas o gerenciador de suas verbas.

Resposta

A renovação é de 30% e não 50%.

Alternativa: A.

31. Ano: 2013 Banca: FUNCAB Órgão: SESACRE

Os Conselhos de Saúde consubstanciam a participação da sociedade organizada na administração do SUS, propiciando e melhorando o controle social do sistema. A respeito desses órgãos, análise:

I. Para que os Municípios recebam quaisquer recursos do Ministério da Saúde ou se habilitem a seus programas é necessário que o Conselho Municipal de Saúde exista e esteja em funcionamento.

II. A legislação estabelece a composição paritária dos usuários em relação aos outros segmentos representados nos Conselhos de Saúde.

III. Uma das atribuições do Conselho Nacional de Saúde é acompanhar a execução do cronograma de transferência de recursos financeiros, consignados ao SUS, aos Estados, Municípios e Distrito Federal.

Assinale:

a) se somente a afirmativa I estiver correta.

b) se somente a afirmativa II estiver correta.

c) se somente a afirmativa III estiver correta.

d) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

e) se as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

Resposta

Tudo certo. Resumão.

Alternativa: E.

32. Ano: 2013 Banca: TJ-PR Órgão: TJ-PR

A Lei 8.142/1990 dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Estabelece que o SUS contará, em cada esfera de governo, com as instâncias colegiadas da Conferência de Saúde e do Conselho de Saúde. Com base nessa legislação, é correto afirmar que o Conselho de Saúde:

a) reunir-se-á mensalmente, sob convocação do poder executivo, com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde, receber os recursos federais, avaliar os serviços prestados pelas instituições privadas e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde no município.

b) determinará os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelo Município em ações e serviços públicos de saúde; estabelecerá os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

c) coordenará o planejamento integrado dos serviços de saúde no município, garantindo a identificação de prioridades de intervenção, a partir dos dados epidemiológicos.

d) atuará na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Resposta

a) Errada. Está misturando Conselho com Conferência.
b) Errada. Misturou conceitos da LC 141/12.
c) Errada. Utilizou conceitos do Plano de Saúde.
d) Certa.

Alternativa: D.

33. Ano: 2013 Banca: CONPASS Órgão: Prefeitura de Carnaíba - PE

A distribuição dos representantes nos Conselhos de Saúde deve ser paritária. Nesse caso, qual a porcentagem dos representantes dos profissionais de saúde nos Conselhos?

a) 25%

b) 50%

c) 30%

d) 15%

e)60%

Resposta

De novo, não! Profissionais de saúde são 25 %.

Alternativa: A.

34. Ano: 2013 Banca: FGV Órgão: AL-MT

Assinale a alternativa que indica, na composição dos Conselhos de Saúde, os membros representativos.

a) Os representantes das secretarias municipais e estaduais e do Ministério da Saúde

b) Os usuários, os prestadores de serviços, os gestores e os profissionais de saúde

c) O representante do Conselho Federal de Medicina e das demais categorias da saúde

d) As entidades de classes, o representante do Ministério Público e o da Saúde.

d) Os representantes das categorias profissionais e o secretário municipal de saúde.

Resposta

É o gráfico mostrado lá na teoria. Essa proporção é um dos tópicos que mais cai!

Alternativa: B.

35. Ano: 2013 Banca: FUNDEP (Gestão de Concursos) Órgão: CISSUL - MG

De acordo com a Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, para receberem os recursos do Fundo Nacional de Saúde, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com, EXCETO:

A Fundo de Saúde.

B Conselho de Saúde.

C Contrapartida de recursos para a saúde no respectivo orçamento.

D Conta bancária em nome do gestor em cada nível de atuação.

Resposta

É necessário Fundo de Saúde (letra a), Conselho de Saúde (letra b), plano de saúde, relatórios de gestão, contrapartida de recursos (letra c) e Comissão de elaboração do PCCS. Conta bancária no nome do gestor, não!

Alternativa: D

Abraço!

Prof. Ligia Carvalheiro

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1. Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2. Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3. Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4. Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5. Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6. Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7. Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8. O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.